



**PROCESSO N.º : 44.980-6/2022**  
**PRINCIPAL : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**INTERESSADA : MARIA APARECIDA DA SILVA ZANGELMI**  
**ASSUNTO : APOSENTADORIA**  
**RELATOR : CONSELHEIRO GUILHERME ANTONIO MALUF**

## RELATÓRIO

Versam os autos sobre o pedido de registro do Ato e legalidade da planilha de cálculo de proventos, que se refere à concessão da **aposentadoria compulsória à Sra. MARIA APARECIDA DA SILVA ZANGELMI**, servidora efetiva no cargo de Auxiliar Judiciário, Classe “C”, Nível “XI”, lotada quando em atividade na Comarca de Alta Floresta, nos termos do art. 40, §1º, II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 88/2015, c/c com o art. 140-A, §1º, I, da Constituição do Estado de Mato Grosso, com redação dada pela Emenda Constitucional Estadual n.º 92/2020, e com o art. 2º, I, da Lei Complementar n.º 152/2015.

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso, fundamentado no Parecer n.º **266/2022-AJCRH**<sup>1</sup>, opinou pelo deferimento da aposentadoria **compulsória**, de modo que foi editado o Ato n.º 1109/2022<sup>2</sup>.

Após a instrução dos autos, a 4ª Secretaria de Controle Externo, por meio do Relatório Técnico de Defesa<sup>3</sup>, concluiu pela legalidade do ato e da planilha de proventos.

O Ministério Público de Contas, por intermédio do Parecer n.º 4.371/2023<sup>4</sup>, subscrito pelo Procurador de Contas **GUSTAVO COELHO**

<sup>1</sup>Doc. digital 275880/2022- págs. 9/16

<sup>2</sup>Doc. digital 275880/2022 - pág. 6

<sup>3</sup>Doc digital 220298/2023

<sup>4</sup>Doc digital 223641/2023





**DESCHAMPS**, em consonância com a Unidade Técnica, opinou pelo registro do Ato n.º 1109/2022.

**É o relatório.**

Tribunal de Contas de Mato Grosso, Cuiabá-MT, em 3 de agosto de 2023.

*(assinatura digital)*<sup>5</sup>

**Conselheiro Guilherme Antonio Maluf**  
Relator

---

<sup>5</sup>Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal n.º 11.419/2006 e Resolução Normativa n.º 9/2012 do TCE/MT.

